

III ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM

A enfermagem na oficina de Clio:
perspetivas históricas em torno dos cuidados de saúde

Sociedade
Portuguesa
de História da
Enfermagem

2 e 3
de maio de
2017

Livro de Atas



III ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM

SPHE, 2-3 maio de 2017

Instituto de Ciências da Saúde | Universidade Católica Portuguesa
Campus Foz | Rua Diogo Botelho, n.º 1327
4169-005 Porto

A enfermagem na oficina de Clio:

Perspetivas históricas em torno dos cuidados de saúde

A realização do III Encontro Internacional de História da Enfermagem enquadra-se nas linhas programáticas da SPHE. Nesse sentido, são objetivos deste encontro:

- Contribuir para o aprofundamento e a divulgação do conhecimento científico em História da Enfermagem e da saúde, numa perspetiva interdisciplinar;
- Divulgar experiências, modelos e abordagens de investigação em história da enfermagem e da saúde
- Contribuir para a criação de meios que permitam criar um sentido de pertença intergeracional e de apropriação do passado como elemento necessário para a atualização e reforço da identidade profissional

A organização deste Encontro foi concebida de forma a articular-se com o XI ENCONTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM ENFERMAGEM, que decorre nos dias imediatamente subsequentes (4 a 6 maio), promovido pelo Instituto de Ciências da Saúde | Universidade Católica Portuguesa, que apoia a SPHE.

Comissão científica

Prof. Doutora Ana Leonor Dias da Conceição Pereira
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra
Prof. Doutor Carlos Louzada Subtil
Instituto de Ciências da Saúde | Universidade Católica Portuguesa
Prof. Doutor João Rui Couto da Rocha Pita
Faculdade de Farmácia | Universidade de Coimbra
Prof. Doutor José Joaquim P. Amendoeira
Escola Superior de Saúde | Instituto Politécnico de Santarém
Prof. Doutora Lucília R. Mateus Nunes
Escola Superior de Saúde | IP Setúbal
Prof. Doutora Margarida M. da Silva Vieira
Instituto de Ciências da Saúde | Universidade Católica Portuguesa
Doutor Rui Manuel Pinto Costa
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX | Universidade de Coimbra

Comissão Organizadora

Prof. Doutora Ana Paula da Silva. e Rocha Cantante
Escola Superior de Enfermagem do Porto
Prof. Doutor Carlos Louzada Subtil
Instituto de Ciências da Saúde | Universidade Católica Portuguesa
Prof. Doutora Constança M. da Silva Festas Barbosa
Professora Associada no ICS | Universidade Católica Portuguesa
Prof. Doutor Luís Octávio Sá
Instituto de Ciências da Saúde | Universidade Católica Portuguesa
Doutora Maria Amélia Dias Ferreira
Unidade Local de Saúde de Matosinhos
Prof. Mestre Maria Clara Lopes P. Braga
Instituto de Ciências da Saúde | Universidade Católica Portuguesa
Prof. Doutor Paulo Joaquim P. Queirós
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Programa

2 de maio, terça-feira

14.00 h – Abertura do Secretariado. Afixação de posters

14.30 h – Ato de abertura.

15.00 h – CONFERÊNCIA INAUGURAL

Os enfermos na vida dos santos
Prof. Doutora Margarida Vieira, ICS|UCP

15.45 h – Pausa

16.00 h – MESA TEMÁTICA: FACETAS DA ENFERMAGEM NO SÉCULO XX

Moderador: Prof. Doutor José Joaquim P. Amendoeira, ESS|IP Santarém

Os enfermeiros na imprensa generalista durante a I República

Prof. Doutora Ana Maria Barros Pires, ESS|IP Beja

A permanência do essencial da enfermagem ao longo do século XX

Prof. Doutor Luís Lisboa Santos, ESE S. Francisco das Misericórdias

A divulgação do conhecimento nos periódicos de enfermagem

Prof. Doutora M. do Rosário Silvestre Machado, ESS|IP Santarém

18.00 h – Fim dos trabalhos

18.30 h – Visita ao Núcleo Museológico da Escola Superior de Enfermagem do Porto

Prof. Doutora Maria José Peixoto, ESE Porto

Visita guiada ao Centro Histórico e Assistencial do Porto

Doutor Rui Manuel Pinto Costa, CEIS20 | UC

20.30 h – Jantar no Centro Histórico

3 de maio, quarta-feira

09.00 h – MESA TEMÁTICA: MUSEU DA ENFERMAGEM PORTUGUESA: QUO VADIS?

Moderadora: Prof. Doutora Margarida Maria da Silva Vieira, ICS|UCP

Enfermeira Ana Fonseca

Presidente do Conselho de Enfermagem, em representação da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros

Doutora Carmina Montezuma

Diretora do Museu de S. João de Deus

Prof. Doutora Helga Marília da Silva R. Henriques

Associação Nacional de História de Enfermagem

Prof. Doutor Paulo Parente

Presidente da ESE Porto

Prof. Doutor Paulo Joaquim Pina Queirós

10.45 h – Pausa para café

11.00 h – MESAS DE COMUNICAÇÕES (em simultâneo)

12.00 h – MESA TEMÁTICA: HISTÓRIA E GÉNERO DA ENFERMAGEM

Moderadora: Prof. Doutora Beatriz Rodrigues Araújo, ICS|UCP

Prof. Doutora Concha Germán Bés

Escuela Universitaria de Ciencias de la Salud | Universidad de Zaragoza

Prof. Doutora Irene Vaquinhas

Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra

13.15 h – ALMOÇO DE TRABALHO

15.00 h – MESA TEMÁTICA: MODELOS E ABORDAGENS DE INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA DA ENFERMAGEM E DA SAÚDE

Moderador: Doutor Rui Manuel Pinto Costa, CEIS20 | UC

Prof. Doutor José Siles González

Facultad Ciencia de la Salud | Universidad de Alicante

Prof. Doutor Fernando Rocha Porto

Academia Brasileira de História de Enfermagem | PPGENF/UNIRIO

Prof. Doutora Christine Elizabeth Hallett

The University of Manchester

16.00 h – Pausa

16.30 h – PALAVRAS CRUZADAS ENTRE A HISTÓRIA E A FILOSOFIA

Moderadora: Prof. Doutora Constança Maria da Silva Festas Barbosa

Prof. Doutora Lucília R. Mateus Nunes, ESS | IP Setúbal

Prof. Doutor Juan D. González-Sanz, Facultad de Enfermería | Universidade de Huelva

Prof. Doutora Margarida M. da Silva Vieira, Instituto de Ciências da Saúde | UCP

Prof. Doutora Alexandra Esteves, Faculdade de Ciências Sociais | UCP

17.30 h – APRESENTAÇÃO DO PRÉMIO SPHE

Prof. Doutor Carlos Louzada Subtil

Presidente da Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem

18.00 h – CONCLUSÕES E ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Índice

INTRODUÇÃO	1
NOTA DE ABERTURA PARA UMA NOVA HISTÓRIA DA ENFERMAGEM: UMA VISÃO PARTILHADA	3
MESA TEMÁTICA: FACETAS DA ENFERMAGEM NO SÉCULO XX	7
A IMAGEM DAS ENFERMEIRAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX – UM ESBOÇO COMPARATIVO	9
A PERMANÊNCIA DO ESSENCIAL DA ENFERMAGEM AO LONGO DO SÉCULO XX	15
A DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PERIÓDICOS DE ENFERMAGEM PORTUGUESES - O PERCURSO DE 1925 - 2009	25
MESA TEMÁTICA: MUSEU DA ENFERMAGEM PORTUGUESA: QUO VADIS?	29
MUSEU DE ENFERMAGEM	31
HISTÓRIA E COLEÇÕES DE ENFERMAGEM NO MUSEU S. JOÃO DE DEUS	33
UM MUSEU DA ENFERMAGEM EM PORTUGAL – UMA REFLEXÃO	37
MUSEU DA ENFERMAGEM PORTUGUESA: QUO VADIS?	45
MESA TEMÁTICA HISTÓRIA E GÉNERO DA ENFERMAGEM	53
LA INFLUENCIA DEL GÉNERO EN LA PROFESIÓN ENFERMERA	55
ABNEGAÇÃO, ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO E COMPAIXÃO: AS QUESTÕES DE GÉNERO NA ENFERMAGEM EM PORTUGAL (2ª METADE DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX)	67
MESA TEMÁTICA MODELOS E ABORDAGENS DE INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA DA ENFERMAGEM E DA SAÚDE	79
O MODELO ESTRUTURAL DIALÉTICO DOS CUIDADOS (MEDC): UM GUIA PARA A ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E EXPLICAÇÃO DOS DADOS NA HISTÓRIA DA ENFERMAGEM E PESQUISA	81
THE STUDY OF HISTORY: A WORTHWHILE PURSUIT FOR NURSES	95
PALAVRAS CRUZADAS ENTRE A HISTÓRIA E A FILOSOFIA	97
PALAVRAS CRUZADAS ENTRE A HISTÓRIA E A FILOSOFIA - DESENCONTROS E CONVERGÊNCIAS COM A HISTÓRIA DA ENFERMAGEM	99
LA HISTORIA NUNCA ES SEGURA. ALGUNAS APORTACIONES DE LA OBRA DE MICHEL DE CERTEAU PARA LA HISTORIA DE LA ENFERMERÍA	113
REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA ENFERMAGEM: O OLHAR DO HISTORIADOR	121
COMUNICAÇÕES LIVRES	129
CUIDADOS NA DOENÇA E SERVIÇOS ASSISTENCIAIS: DO RENASCIMENTO À DEMOCRATIZAÇÃO DA SAÚDE: O CASO DE FLORENCE NIGHTINGALE	131
ASSISTÊNCIA, ENFERMAGEM E POLIOMIELITE NA REVISTA HOSPITALIDADE (1950-1970)	141

BROA, CALDOS E OVOS: A RESPONSABILIDADE DOS ENFERMEIROS NA ALIMENTAÇÃO DOS ALIENADOS. UM ESTUDO EM REGULAMENTOS E RELATÓRIOS DO HOSPITAL DE ALIENADOS DO CONDE DE FERREIRA (1883)	143
OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO DE VISITADORAS E ENFERMEIRAS VISITADORAS DE HIGIENE EM PORTUGAL (1929-1952)	147
ENFERMEIROS PARA O LAZARETO DE LISBOA	153
ENFERMAGEM NA CÂMARA DOS PARES DO REINO E NA CÂMARA DOS SENHORES DEPUTADOS EM 1880	157
ENFERMAGEM MILITAR E SERVIÇO DE SAÚDE DO ULTRAMAR NAS CÂMARAS DE REPRESENTANTES EM 1880	161
VISITAR PARA PREVENIR: AS ENFERMEIRAS-VISITADORAS E A SUA AÇÃO NA PROFILAXIA DA TUBERCULOSE EM PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	165
PÓSTERS	173
A HISTÓRIA DAS ESCOLAS DE ENFERMAGEM NOS WEBSITES DAS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS EM PORTUGAL	175
O EMERGIR DO PAPEL DA ENFERMEIRA NA SALA DE OPERAÇÕES	179

Índice de Autores

A

Alexandra Esteves 121, 143
 Aliete Cunha-Oliveira 131, 141
 Ana Leonor Pereira 141
 Analisa Candeias 143, 147, 153
 Ana Maria Barros Pires 9
 António Freitas 179

C

Carlos Louzada Subtil 1, 175
 Carmina Montezuma 33
 Christine Elisabeth Hallett 95
 Concha Germán Bes 55
 Constança Festas 175

E

Elisa Maria Bernardo Garcia 147, 153

H

Helga Marília Henriques 37

I

Irene Vaquinhas 67
 Ismael C. Vieira 165

J

João Neves-Amado 175
 João Rui Pita 141
 José Amendoeira 147
 José Cunha-Oliveira 131
 José Siles-González 81
 Juan António Rodriguez Sanchez 141
 Juan D. González-Sanz 113

L

Lucília Nunes 99, 179
 Luís Lisboa Santos 15, 37
 Luís Sá 143

M

Maria do Rosário Silvestre Machado 25, 31
 Maria Helena de Oliveira Penaforte 31
 Marina Baptista Pereira 157, 161

P

Patrícia Freitas Pereira 157, 161
 Paulo Joaquim Pina Queirós 45, 157, 161

R

Rui Manuel Pinto Costa 3

LIVRO DE ATAS

III ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM

A enfermagem na oficina de Clio: perspetivas históricas em torno dos cuidados de saúde

SPHE, 2-3 maio de 2017

Instituto de Ciências da Saúde | Universidade Católica Portuguesa
Campus Foz | Rua Diogo Botelho, n.º 1327
4169-005 Porto

INTRODUÇÃO

Carlos Louzada Subtil¹

Em cumprimento das linhas programáticas da Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem (SPHE), decorreu, nos dias 2 e 3 de maio de 2017, o III Encontro Internacional de História da Enfermagem, no Instituto de Ciências da Saúde, da Universidade Católica Portuguesa (Porto).

Sob o signo de Clio, a musa da História e da criatividade, o encontro abriu com uma conferência sobre os enfermos na vida dos santos. Constituíram-se cinco mesas em torno das seguintes temáticas:

- A divulgação do conhecimento em periódicos de enfermagem, a representação da enfermagem durante a 1ª. República e a permanência do essencial da enfermagem ao longo do século XX.
- A função do museu da enfermagem no estudo, preservação, valorização e divulgação dos testemunhos materiais e imateriais relacionados com o percurso da enfermagem, sublinhando a sua dimensão humana, científica e tecnológica.
- Questões de género na enfermagem em Portugal (séc. XIX e inícios do séc. XX)
- Modelos e abordagens de investigação em história da enfermagem e da saúde.
- O diálogo entre a História e a Filosofia.

Apresentaram-se diversas comunicações e posters sobre os mais diversos temas, tais como o papel dos enfermeiros na profilaxia da tuberculose, na assistência às pessoas com poliomielite ou na alimentação dos alienados hospitalizados, a formação das visitadoras e das enfermeiras visitadoras, o papel dos enfermeiros no Lazareto de Lisboa, os debates sobre enfermeiros na Camara dos Pares do Reino e na Camara dos Senhores Deputados (1880), os enfermeiros nos serviços de saúde do Ultramar, a história das enfermeiras na sala de operações ou a forma como a história das escolas de enfermagem está presente nos websites das instituições de formação de enfermeiros.

Para além duma visita ao Núcleo Museológico da Escola Superior de Enfermagem do Porto, foi feita a apresentação do prémio SPHE, criado com o objetivo de distinguir os autores de dissertações académicas ou de outros trabalhos de investigação provenientes da enfermagem e das diversas disciplinas das ciências sociais que contribuam para o estudo da realidade histórica da profissão.

Foi uma jornada de intenso trabalho que contou com a presença de reputados investigadores na área da história da saúde e da enfermagem, de Portugal, de Espanha, Brasil e Inglaterra e cujo êxito muito se deve ao trabalho das comissões científica e organizadora do encontro, a quem agradecemos.

Porque se trata de textos que a todos interessam, conscientes das dificuldades de autores e editores em consensualizar o formato dos textos, aqui se publicam e disponibilizam no website da SPHE, no intuito de cumprirem a sua função informativa e formativa.

Para o próximo encontro, em 2019, fica o propósito de estender a participação a outros países da comunidade europeia em que nos inserimos, no sentido da compreensão e comparação dos processos históricos e suas influências.

Carlos Louzada Subtil
Presidente da SPHE

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Livro de atas do III Encontro Internacional de História da Enfermagem. A Enfermagem na Oficina de Clio: perspetivas históricas em torno dos cuidados de enfermagem

COORDENADORES: Luís Octávio de Sá; Constança Festas; Carlos Louzada Subtil; Rui Manuel Pinto Costa

LOCAL: Porto

EDIÇÃO: Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem

ANO DA EDIÇÃO: 2017

ISBN: 978-989-20-7568-6

.....
¹ Presidente da Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem; Professor Auxiliar Convidado, Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Ciências da Saúde, Porto. Contacto: carloslousadasubtil@gmail.com

REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA ENFERMAGEM: O OLHAR DO HISTORIADOR

Alexandra Esteves¹

Ao elaborarmos o texto que ora se apresenta não tivemos a pretensão de produzir um artigo de cariz científico, resultante de uma investigação apurada e sustentada, mas quisemos apenas alinhar algumas notas sobre o tema que nos propusemos tratar, que poderão, mesmo assim, suscitar a reflexão e o debate sobre o mesmo. No entanto, para a sua escrita, procedemos ao levantamento de trabalhos produzidos na área da História da Enfermagem, área que estudámos através do olhar da História Social, no âmbito da qual nos debruçámos sobre o que designamos de História Social da Saúde, tendo como objetivo analisar a assistência prestada aos enfermos, sobretudo no período compreendido entre os séculos XVIII e os primeiros trinta anos do século XX. Dentro desse olhar, para além das instituições, práticas, beneméritos, doenças, entre outros domínios, a nossa investigação recai também sobre os profissionais de saúde: médicos, cirurgiões, boticários, dentistas, sangradores e, como não podia deixar de ser, enfermeiros.

A nossa perspetiva sobre os enfermeiros tem sido construída com base nas fontes produzidas pelas instituições onde laboravam, sobretudo pelos hospitais, que eram geridos pelas Misericórdias e, com menos frequência, pelos dispensários, abrangendo regulamentos, livros de registo de receitas, livros de atas, livros de receita e despesa, onde são feitas referências aos vários profissionais de saúde. Trata-se de documentos que nos permitem conhecer não só as suas práticas e obrigações, mas também o seu quotidiano, os conflitos, os desafios e até os progressos que, paulatinamente, foram acontecendo na enfermagem portuguesa, marcada, durante o período que analisámos, por questões de natureza política, que a vão condicionar.

Todavia, há que atender a outro tipo de fontes. Assim, para que possamos ter uma versão holística do nosso objeto de análise, importa considerar ainda as fontes impressas, em particular textos produzidos por homens que refletiram sobre estas temáticas, que constituem importante recurso para alicerçar, documentalmente, o nosso estudo.

Para além da literatura coeva, e referimo-nos ao período que tratámos, temos à nossa disposição os jornais, que são uma boa fonte de informação. No século XIX, assistimos ao aparecimento de um elevado número de jornais, alguns de curta duração e politicamente comprometidos, que publicam notícias e textos relacionados com a enfermagem. Importa ainda ter presente a distinção entre periódicos generalistas, com textos opinativos, mais reflexivos e subjetivos, mas demonstradores da crescente relevância da profissão para a opinião pública, e os especializados, que permitem acompanhar os avanços registados em diferentes domínios (científicos, formativos e éticos).

Para além das fontes manuscritas, pertencentes a fundos diversos, nomeadamente a hospitais e Misericórdias, há também coleções de documentos produzidos por instituições administrativas, como governos civis, administrações dos concelhos, com responsabilidades no campo da saúde pública, bem como fundos de cadeias. Trata-se, neste caso, de um universo com o qual os enfermeiros lidavam através da assistência prestada aos encarcerados.

Além dos periódicos e da literatura coeva, são de relevar ainda os trabalhos produzidos por autores, sobretudo médicos, que tinham a enfermagem como tema central. São exemplo os textos de Miguel Bombarda, sobre os quais já escreveu Helena da Silva, historiadora portuguesa, cuja investigação também tem versado sobre a história da enfermagem². Importa referir que são sobretudo os médicos que se ocupam da enfermagem oitocentista e que refletem sobre o cuidado, o que levou, nomeadamente, ao aprofundamento da questão da formação e à disputa entre os defensores e os detratores da enfermagem laica versus enfermagem religiosa.

1 Doutorada em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa. Lab2PT, ICS, Universidade do Minho. Contacto: alexandraesteves@iol.pt

2 Referimo-nos ao seguinte trabalho: Silva, Helena da “Influências estrangeiras nos hospitais portugueses. O caso da enfermagem religiosa (finais do século XIX)”, in *CEM. Cultura, Espaço e Memória*, n.º 5, pp. 63-75.

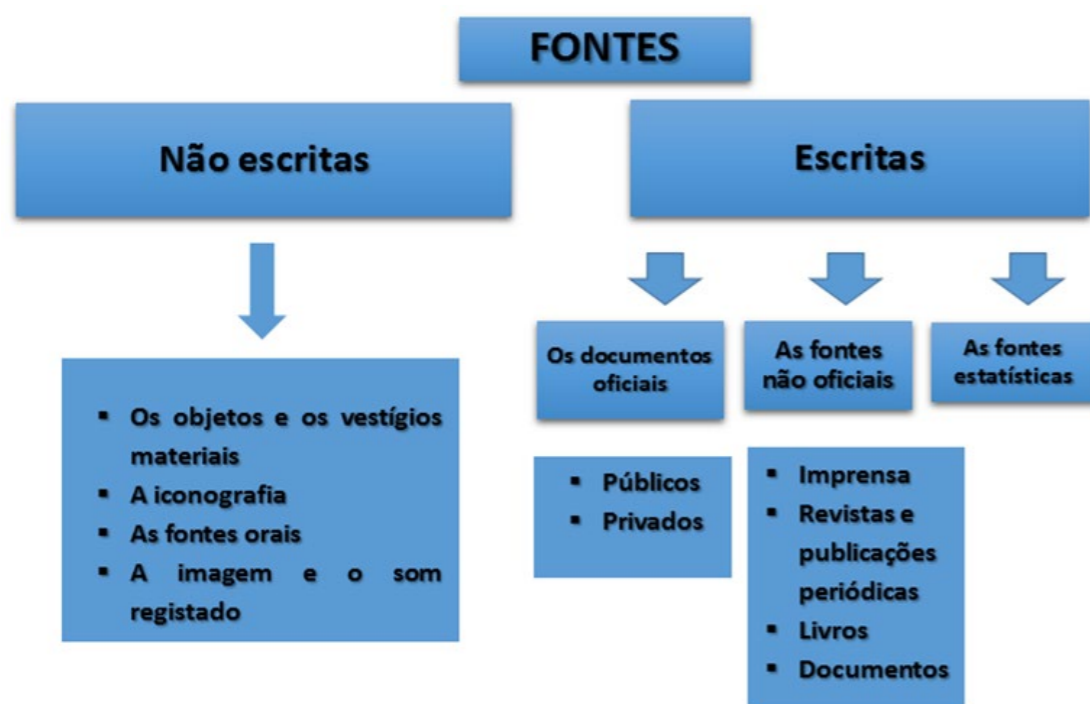
Para além destas fontes impressas, onde também deverão ser incluídas algumas teses apresentadas à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, tendo já sido realizados estudos sobre o saber médico, com base numa metodologia assente na bibliometria e na criação de categorias que permitiram a criação de uma estrutura de análise do corpus documental impresso³, há que atender, ainda, a um outro tipo de fontes, como os documentos legislativos ou os debates parlamentares, que também já foram objeto de trabalhos científicos.

Durante o século XX, a História abriu-se a novas perspectivas, que iam além da construção do conhecimento histórico a partir do documento escrito, com o sentido de apagar muitos dos silêncios que se verificavam em diversas áreas. Lucien Febvre reforçou a importância dos documentos escritos, mas considera que a História pode fazer-se, e deve fazer-se, sem documentos escritos. Por sua vez, segundo Jacques Le Goff, a Nova História iniciou uma verdadeira revolução documental, proporcionada não só pelo alargamento do conceito de documento, mas também pelo recurso a fontes quantitativas, como, por exemplo, registos paroquiais, e pela abertura a outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia, a Economia ou a Estatística. A Nova História contribuiu não apenas para o alargamento do conceito de fonte, mas também para o recurso a novas metodologias de trabalho, nomeadamente de caráter quantitativo.

Atualmente, importa, então, considerar outras fontes, além do documento escrito. Referimo-nos, por exemplo, a entrevistas, fotografias, postais e mapas, bem como documentários ou programas de rádio e de televisão. O recurso a este tipo de fontes depende da época, sendo que algumas só se aplicam ao período contemporâneo, e da natureza do estudo que pretendemos levar a cabo. Devido a algumas limitações, há perspectivas que consideram que aqueles documentos devem ser utilizados como complemento das fontes escritas e não de modo isolado.

De forma a tornar mais fácil compreender a complexidade do conceito de documento, que vai, como já salientámos, muito para além do documento escrito, apresentamos o esquema que se segue.

Esquema 1



Fonte: A autora

³ Falamos do trabalho de Rui Manuel Pinto da Costa e Ismael Cerqueira Vieira "As teses inaugurais da Escola Médico-cirúrgica do Porto (1827- 1910): uma fonte histórica para a reconstrução do saber médico" in *História Ciências Saúde-Manguinhos*, 21(2), 2014, pp. 629-639.

No panorama português, parece subsistir uma contradição: apesar das inúmeras fontes por explorar e que poderão servir de matéria para trabalhos cientificamente estruturados e de mote para a formulação de questões de natureza epistemológica, são poucos os trabalhos que se inscrevem na área da História da Enfermagem e alguns resultam mais de generalizações ou carecem de fundamentação documental, tendo como base, em alguns casos, a revisão bibliográfica. Ora, tal inquina o processo de conhecimento e dificulta o progresso neste domínio, dado que não se pode "entrar" no passado sem fontes! Os documentos manuscritos ou impressos constituem o passaporte para historiadores, enfermeiros ou investigadores doutros domínios estudarem, de facto, o passado, não se limitando, portanto, a reproduzir o que outros já escreveram.

Saliente-se, ainda, que além das relacionadas com as fontes, há diversas problemáticas no âmbito da História da Enfermagem que podem interessar, por exemplo, a historiadores e enfermeiros, e servir, conseqüentemente, de objeto de estudo. Claro que o olhar será distinto. Por isso, também é de incentivar a criação de projetos que envolvam investigadores das duas áreas. O aprofundamento da História da Enfermagem representará um importante contributo para a identidade da profissão, acompanhando, assim, o que se passa noutros países, como o Brasil, onde já foi publicado um elevado número de trabalhos. No entanto, importa referir que, nas últimas décadas, tem aumentado o interesse pela História da Enfermagem, nomeadamente por parte de enfermeiros, que têm estudado a evolução da profissão, as instituições em que esta tem sido exercida e os saberes que lhe estão associados, bem como aspetos de natureza formativa. Por outro lado, no campo da História, ao trabalharem os hospitais e os seus quotidianos, os historiadores, como Maria Marta Lobo de Araújo, têm contribuído para ampliar o conhecimento sobre o trabalho dos enfermeiros no período moderno.

Consideramos, assim, que há um caminho a ser trilhado, que não está isento de obstáculos, que merecem, igualmente, a nossa atenção. Começemos pela questão das perspectivas. A História da Enfermagem tem sido feita, essencialmente, por dois olhares distintos, dada a formação dos seus agentes, a metodologia adotada, a linguagem e os conceitos que utilizam: o da história e o da enfermagem. Por conseguinte, o diálogo nem sempre é possível, sobretudo quando se pretende utilizar uma metodologia com determinadas especificidades, como é a da História. Para esta ciência, antes de se escolher o tema a tratar, é necessário verificar se este é viável em termos documentais. Realizado o trabalho de prospeção documental, há que selecionar as fontes que permitirão a concretização do objetivo proposto e que servirão de sustentáculo do estudo a realizar. Escolhidas as fontes, há que trabalhá-las. Como? Transcrevendo-as. Esta poderá ser a etapa mais morosa, dependendo do volume de documentos a tratar, do seu estado e do tipo de letra. Até aqui, já podemos encontrar mais dois obstáculos: a ausência de documentos sobre temas que pretendemos estudar e de conhecimentos paleográficos, ferramenta indispensável para ler os documentos mais antigos.

No que respeita ao primeiro problema, convirá referir que o investigador pode confrontar-se com a situação contrária: um grande número de documentos para pesquisar e, por vezes, pouco tempo para executar essa tarefa. Também pode acontecer que as dificuldades não tenham a ver com a escassez de tempo, mas com uma grande dispersão de fundos, depositados em diferentes arquivos, ou com documentos que ainda não estão catalogados. Todavia, na atualidade, a tecnologia tem facilitado o trabalho investigativo, permitindo que mais rapidamente se possa efetuar o levantamento informacional. Por outro lado, os arquivos dispõem de documentação digitalizada, o que permite ao investigador trabalhar à distância.

Ultrapassada a fase da prospeção, seleção e levantamento, surge uma nova etapa: a organização da informação compilada. Esta etapa nem sempre é isenta de uma alguma complexidade, sobretudo quando lidamos com um grande número de dados coligidos. Uma das formas de organizar a informação pode consistir na criação de pastas e subpastas que vão de encontro aos objetivos gerais e específicos da investigação, o que facilitará a posterior leitura e interpretação. Outra, quando possível, é a elaboração de bases de dados. O recurso a esta ferramenta faz sentido sobretudo nos estudos de natureza quantitativa. Todavia, é preciso atender também à natureza das fontes e ter cuidado na formulação dos campos. O que nos leva para uma

terceira etapa, aquela que, pessoalmente, consideramos mais exigente sob o ponto de vista intelectual e que começa pela leitura e interpretação das fontes.

Importa, então, saber “ler” as fontes, ou seja, perceber que o documento foi produzido num tempo e num espaço específicos e até com uma determinada intencionalidade. É muito fácil cair em anacronismos: interpretar o passado com os olhos do presente, o que, naturalmente, não deve acontecer! Para evitar esse risco, convirá “questionar” o documento. Se considerarmos a realidade algo socialmente construído, deveremos antes de mais proceder à sua contextualização. Se possível, devemos seguir a linha comunicacional do documento e ter presente que a escrita não estava ao alcance todos, mas apenas duma minoria. Por outro lado, é importante não esquecer que o documento nos transmite apenas uma perspetiva da realidade, uma leitura, pelo que convirá, sempre que possível, procurar a confrontação. Daí que certas tendências historiográficas, inseridas no pós-modernismo, considerem irrazoável a busca do conhecimento do real. Para outros, o conhecimento histórico é interpretativo, porque resulta de uma leitura efetuada pelo historiador, com base no seu sistema de valores, formação cultural ou afinidades políticas e religiosas. No entanto, é de referir que essa interpretação não é arbitrária, mas antes construída com base nos vestígios que intencional ou ocasionalmente chegaram aos nossos dias: os documentos. Muitas das marcas que nos permitem estudar, hoje, o passado, foram deixadas involuntariamente pelo Homem.

Todas estas questões remetem-nos para a necessidade de se proceder a uma metódica e cuidada análise de conteúdo, procurando “ler” o documento nas entrelinhas, contextualizando termos e conceitos. Concluído este processo, como reconhecer a validade da nossa interpretação? Por vezes, essa validação é baseada no número de documentos que consultámos, ou seja, na dimensão da amostra. Porém, existem estudos de natureza qualitativa que não dependem do número de registos ou da quantidade de documentos, mas que assentam antes na interpretação. Esta, por sua vez, é determinada não só pela investigação documental, mas também pela revisão bibliográfica, que devemos levar a cabo quando pretendemos fazer investigação histórica. Devemos conhecer o que se escreveu não só a nível nacional, como atender também à bibliografia estrangeira, desde logo porque há temas ainda pouco estudados em Portugal. No caso da História, não nos devemos limitar a leituras centradas no tema a investigar, mas é igualmente importante conhecer o tempo, o espaço e a época a tratar, sob diferentes perspetivas. Sucede, no entanto, que, muitas vezes, se confunde a investigação documental com revisão bibliográfica, produzindo-se apenas sínteses do que já foi dito por outros, sem que nada de novo e relevante seja acrescentado.

A necessidade de percorrer as diferentes etapas que já enumerámos (procurar, selecionar, transcrever, agrupar e interpretar) leva-nos a considerar que a investigação em História é bastante morosa, quando comparada com a doutras áreas, o que pode explicar um certo afastamento de potenciais interessados.

Convém também fazer notar a importância de estudos de âmbito mais micro, antes de se pretender partir para estudos macro, de carácter mais amplo. As generalizações só podem ser feitas depois de serem organizados estudos de dimensão mais reduzida. Neste âmbito, referimo-nos não apenas a limitações de carácter temporal, mas também espacial.

Esta questão leva-nos a outra, que tem a ver com os limites que devemos considerar na nossa investigação, sendo que, no caso da História, podemos atentar em dois tipos: o temporal e o espacial. A colocação destes marcos pode depender das fontes disponíveis para a realização da investigação e da natureza da mesma. A escassez ou a abundância de fontes podem obrigar-nos a alargar ou a restringir o objeto do nosso estudo, respetivamente. Porém, nem sempre estas questões se colocam, como acontece, por exemplo, nos trabalhos que incidem sobre biografias.

O estabelecimento de limites é fundamental para traçar objetivos, que servirão de guião à investigação. Nem sempre as fontes nos fornecem todas as respostas que procuramos, o que não significa que tenhamos falhado na consecução dos nossos objetivos. Aliás, em resultado de todo o processo de seleção e interpretação documental, o historiador pode ser confrontado com a necessidade de redefinir objetivos

e de recentrar a sua investigação.

Só depois de concluído o processo centrado nas fontes e na bibliografia é que investigador deve passar à fase da redação, que pode ser igualmente demorada, visto que a construção de sínteses analíticas conduz a interpretações que, pela sua complexidade, exigem distanciamento e elevado grau de maturação. Por vezes, quanto maior é o volume informacional mais difícil é a construção deste tipo de textos, dada a tentação de cair em leituras descritivas, que não são mais do que meras reproduções do que está nas fontes. Ora, não é isso que se pretende, mas antes estudos de carácter interpretativo, sustentados nas fontes.

Estas são apenas algumas linhas orientadoras do trabalho de investigação em História, que deverão ser seguidas por quem se interessa por esta área, nomeadamente por aqueles cujo objeto de estudo se inscreve na História da Enfermagem.

Abordada a questão metodológica, passemos então à nossa ligação à História da Enfermagem, que tem ocorrido por duas vias e nos tem suscitado a curiosidade sobre o ofício e a arte: através da história social da medicina e da saúde e da história da assistência, sobretudo desta última, quando fazemos a nossa análise sobre os hospitais, os seus quotidianos e aqueles que neles trabalhavam, em particular os enfermeiros.

Por norma, na composição dos recursos humanos dos hospitais que já estudámos, quase todos localizados no distrito de Viana do Castelo, havia médicos, cirurgiões, enfermeiros, dentistas, hospitaleiros, boticários, cozinheira e porteiro, bem como outros serventes, como lavadeiras, engomadeiras e barbeiros. O seu número dependia da dimensão das instalações, da afluência de doentes, do número de internamentos e da capacidade financeira da instituição. A sua presença ditava a azáfama do quotidiano hospitalar, marcada pela entrada e saída de pessoas que, de alguma forma e pelas mais variadas razões, afetavam o funcionamento do hospital. A ocorrência de comportamentos abusivos ditou a elaboração de regulamentos, tendo em vista o estabelecimento de regras que se aplicavam, designadamente, a funcionários, admissão e internamento de doentes, visitantes, horários de trabalho e de refeições.

Conflitos relacionados com vencimentos, desempenho de funções, direitos e deveres, bem como comportamentos laxistas e episódios de indisciplina e negligência, que aconteceram nos hospitais, contribuíram para a substituição de mão-de-obra leiga por religiosas, no decorrer da centúria oitocentista. No entanto, serão as alterações de fundo do quadro político português, decorrentes da implantação da República, que determinarão a secularização dos recursos humanos nos estabelecimentos hospitalares. O advento do regime republicano e as suas repercussões nos sistemas de assistência, particularmente no setor da saúde, não foram pacíficos. Em Ponte de Lima, as irmãs hospitaleiras que trabalhavam no hospital da Misericórdia recusaram-se a abandonar o hábito religioso, sofrendo as consequências da sua resistência⁴. Em 1911, em Viana do Castelo, a procissão do Ecce Homo, que passava pela praça da República, onde estava localizado o hospital, e que contava com a participação da Santa Casa, não se realizou, por determinação do administrador do concelho⁵. No hospital de Monção, no mesmo ano, viveram-se momentos complicados, motivados pela tentativa de substituir as irmãs hospitaleiras por pessoal laico. Os cargos de regente e de enfermeira do hospital só foram providos em maio de 1911⁶.

Às pessoas que trabalhavam nos hospitais alto minhotos de oitocentos e dos inícios do século vinte estavam, naturalmente, atribuídas competências de acordo com as suas funções.

Assim, aos clínicos cabia velar diariamente os internados, acompanhar a evolução do seu estado de saúde, prescrever os tratamentos considerados adequados para o seu restabelecimento.

O farmacêutico estava incumbido de fornecer, rapidamente e a qualquer hora do dia, os remédios que

4 Arquivo Municipal de Ponte de Lima (AMPL), Administração do Concelho, *Livro de Registo da Correspondência para o Governo Civil*, 1908-1911, n.º 2.1.1.6, fls. 125v.-126.

5 Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC), Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Acórdãos*, 1908-1913, n.º 3.24.3, 11, fl. 121.

6 Arquivo Municipal de Monção (AMM), *Misericórdia de Monção, Atas*, 1-A. 3.3.9, fl. 395.

fossem necessários⁷. Nos primórdios do século XX, a Misericórdia de Viana do Castelo abria concurso, por um determinado período de tempo, para o fornecimento de substâncias medicamentosas para os doentes internos e externos do hospital, competindo aos médicos selecionar a melhor proposta⁸. Em 1909, por exemplo, a proposta aceite incluía o fornecimento de medicamentos manipulados em laboratório e águas medicinais, bem como de sanguessugas, que continuavam a ser muito utilizadas no tratamento de certas moléstias⁹.

O hospital procurava abastecer-se não apenas de medicamentos, mas também de alimentos, persistindo a conexão entre a alimentação e a medicina, marcada por uma certa ambivalência¹⁰. Isto porque se a alimentação pode ser responsável pela doença, também pode sarar, revelando, por conseguinte, a existência de uma relação equilibrada e dialética, no processo de tratamento hospitalar, entre a farmacopeia e o regime alimentar¹¹. A aquisição de produtos alimentares acabava por refletir as dietas prescritas aos doentes, que variavam consoante o motivo que justificava o seu internamento. Comprova-se pão, carne de vaca e vitela, arroz, açúcar, batatas, massas, café, cevada, chá verde, farinha, vinho e azeite¹².

O (A) hospitaleiro(a) estava encarregado(a) de organizar a vida do hospital, seguindo as orientações do diretor clínico e do mordomo (hospital de Caminha) ou do fiscal (hospital de Viana do Castelo); superintender a compra de géneros alimentares e o funcionamento da cozinha; zelar pela limpeza de louças, talheres, panelas e do fogão; acompanhar o clínico nas visitas aos doentes e ministrar-lhes as refeições; higienizar os instrumentos utilizados nas cirurgias, entre muitas outras funções¹³. Devia ser conciliadora com os empregados, atenciosa com as visitas, caridosa com os doentes pobres e respeitosa com os irmãos da Misericórdia¹⁴. O(A) hospitaleiro(a) era também enfermeiro(a), assumindo, por conseguinte, as obrigações inerentes a essa condição¹⁵. As instituições analisadas tinham quase todas duas enfermarias, sendo uma destinada aos doentes do sexo masculino e outra aos do sexo feminino, dispondo de um enfermeiro e de uma enfermeira, respetivamente, tratando-se, por vezes, de um casal, como acontecia, em 1870, no hospital de Vila Nova de Cerveira¹⁶. O pessoal de enfermagem estava sujeito a uma hierarquia, no topo da qual se encontrava o primeiro enfermeiro, também apelidado de enfermeiro mor, a quem era devida obediência. Os segundos enfermeiros tinham a seu cargo os curativos nas enfermarias de cirurgia e do banco e dos doentes sífilíticos, bem como alguns trabalhos menores, designadamente a limpeza dos espaços¹⁷. O seu

⁷ Quando o hospital não dispunha de farmácia, os remédios eram preparados numa botica e, posteriormente, transportados para o espaço hospitalar. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, Esteves, Alexandra, “**Healing the Body and Saving the Soul in the Portuguese Hospitals of the Early Modern Age**”, in *Hygiea Internationalis: An Interdisciplinary Journal for the History of Public Health*, n.º 9(1), 2010, p. 43.

⁸ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acórdãos, 1908-1913, n.º 3.24.3, 11, fls. 48-49.

⁹ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acórdãos, 1908-1913, n.º 3.24.3, 11, fls. 49v.

¹⁰ Nos hospitais da Idade Moderna já havia preocupação com as dietas alimentares, dada a sua importância no processo de cura. Confirme-se Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, “os Consumos alimentares de um Portugal quinhentista: o caso do hospital das Caldas em vida da Rainha D. Leonor”, in Sá, Isabel dos Guimarães de Basto, Fernández, Máximo García, *Portas adentro: comer, vestir, habitar* (ss. XVI-XIX), Valladolid, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 57.

¹¹ Leia-se Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005, p.

¹² Sobre a dieta alimentar destinada aos doentes do hospital de Vila Viçosa, no século XIX, consulte-se Sobre as doenças que motivavam o ingresso de indivíduos no hospital de Vila Viçosa, no século XIX, leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa de finais do Antigo Regime à República*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, 2010, pp.187-200. Sobre a dieta fornecida aos doentes do Hospital de Cabeceiras de Basto, entre 1896 e 1930 consulte-se Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, “O tratamento de doentes no hospital de Cabeceiras de Basto”, in *Estudos Humanísticos. História*, n.º 7, 2008, pp. 256-258

¹³ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acórdãos, 1908-1913, n.º 3.24.3, 11, fls. 73-74.

¹⁴ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Regulamento Geral da administração da Santa casa da Misericórdia de Caminha*, n.º 7.36.3.3-22, fl. 20.

¹⁵ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Regulamento Geral da administração da Santa casa da Misericórdia de Caminha*, n.º 7.36.3.3-22, fl. 20.

¹⁶ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Regulamento do hospital da Misericórdia de Viana do Castelo*, n.º 4.85.1.6-2, não paginado.

¹⁷ Acerca da reforma da enfermagem na primeira metade do século XIX, na Inglaterra, veja-se Summers, Anne, “The Costs and Benefits of caring” in Barry, Jonathan and Jones, Colin (ed.), *Medicine and Charity before the welfare state*, London, Routledge, 2003, pp. 133-148.

¹⁸ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Regulamento do hospital da Misericórdia de Viana do Castelo*, n.º

vencimento variava consoante a instituição onde exerciam funções e podia ser pago em numerário ou em géneros. Em 1870, no hospital de Vila Nova de Cerveira, auferiam um ordenado de 30780 réis e recebiam ainda 50 alqueires de milho, cereal abundante nesta região¹⁸. Em 1919, a enfermeira do hospital de Viana do Castelo ganhava 128,10 escudos por ano¹⁹.

Para além das incumbências inerentes à categoria profissional do enfermeiro, encontrámos certas especificidades em alguns hospitais. No hospital de Viana do Castelo, por exemplo, havia uma enfermaria destinada às toleradas, o que obrigava a primeira enfermeira a dormir no compartimento em frente a este espaço. Sempre que o estado de um doente o requeria, também tinha que dormir na enfermeira para o acompanhar²⁰.

Com a implantação da República, começou a ser posta em causa a presença de enfermeiras religiosas nos hospitais. No hospital da Misericórdia de Viana do Castelo, prestavam serviço as enfermeiras da Associação das Irmãs Hospitaleiras dos pobres pelo amor de Deus, que foram autorizadas a permanecerem nessa instituição, com a condição, que foi aceite, de se secularizarem²¹. Todavia, o governador civil discordou da decisão, o que obrigou a Misericórdia a contratar enfermeiros laicos²². Refira-se que remonta ao século XIX o debate sobre a qualidade da enfermagem, a presença de irmãs religiosas nos hospitais e a urgência de formação na área, que culminou na criação de escolas de enfermagem²³.

A cozinheira tinha a seu cargo a preparação das refeições, seguindo as orientações do(a) hospitaleiro(a), e a aquisição dos produtos necessários para a sua confeção²⁴.

Embora a nossa investigação se centre nos séculos XVIII e XIX e nas primeiras décadas do século XX, para fazer a História da Enfermagem podemos recuar até ao período medieval, quando a assistência à saúde estava a cargo de diferentes instituições, nomeadamente, albergarias, gafarias, hospitais geridos confrarias, municípios, gente da nobreza.

As Misericórdias espalharam-se pelo país e em muitas localidades tinham hospitais a seu cargo, cuja dimensão dependia, entre outros fatores, dos seus recursos financeiros, e cujos recursos humanos incluíam enfermeiras e enfermeiros que desempenhavam funções variadas: tratamento e higiene dos doentes; preparação de refeições; a manutenção da ordem e da disciplina; limpeza das instalações e dos equipamentos. É precisamente através das instituições hospitalares que conhecemos o trabalho do pessoal de enfermagem. Como já foi referido, os estudos micro são fundamentais para o estabelecimento de generalizações. Daí que só através de estudos localizados podemos chegar a conclusões sustentadas, incluindo sobre a enfermagem e a sua história.

Alguns estabelecimentos hospitalares colocavam várias exigências ao pessoal de enfermagem, como o Hospital D. Lopo de Almeida, da cidade do Porto, que determinava que os enfermeiros deviam ser solteiros e não podiam ter filhos, para, assim, estarem totalmente disponíveis para a instituição.

4.85.1.6-2, não paginado.

¹⁸ Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo (AHGCVC), Estabelecimentos de Beneficência do distrito, n.º 1.15.4.4-1, não paginado.

¹⁹ ADVC, *Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livro de Actas sessões da mesa*, n.º 3.24.3.13, fl. 49.

²⁰ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Regulamento do hospital da Misericórdia de Viana do Castelo*, n.º 4.85.1.6-2, não paginado.

²¹ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Acórdãos, 1908-1913, n.º 3.24.3, 11, fls.84-86v.

²² Sobre o nascimento da enfermagem e das suas primeiras escolas leia-se Confirme-se Perrot, Michelle. *Minha história das mulheres...*, p. 125.

²³ Confirme-se Silva, Helena Sofia, “O Nascimento das escolas de enfermagem em Portugal (finais do século XIX)”, in *Noroeste. Revista de História*. Actas Vol. II, Braga, 2007, pp. 749-756.

²⁴ ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, Regulamento Geral da administração da Santa casa da Misericórdia de Caminha, n.º 7.36.3.3-22, fl. 21. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Regulamento do hospital da Misericórdia de Viana do Castelo, n.º 4.85.1.6-2, não paginado. Sobre as funções da cozinheira do hospital de Vila Viçosa no século XIX leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de., *A Misericórdia de Vila Viçosa de finais do Antigo Regime à República...*, p. 117. Vejam-se igualmente as suas funções no hospital de Toledo no século XIX Gómez Rodriguez, Maria Soledad, *El Hospital de la Misericórdia de Toledo en el siglo XIX*, Toledo, Diputacion Provincial de Toledo, 1995.

Nos séculos XVIII e XIX, encontramos enfermeiras e enfermeiros não só nos hospitais gerais, mas também em hospitais para entretidos, dispensários, asilos, bem como em hospitais da caridade que se dedicavam a idosos.

O seu papel e desempenho eram, por vezes, questionados, devido, entre outras razões, a episódios de indisciplina e à falta de preparação, o que contribuiu, no século XIX, para a chegada das ordens religiosas aos hospitais. É assim que acontece a entrada das irmãs hospitaleiras, consideradas mais preparadas e disciplinadas. No entanto, tal situação foi contestada por muitas personalidades republicanas, como Miguel Bombarda. Aposta-se, então, na criação de escolas de enfermagem, indo de encontro à necessidade de profissionais mais bem preparados, capazes de responderem aos desafios e às exigências que a medicina e a doença colocavam. As primeiras escolas de enfermagem são uma criação tardia em Portugal (1881), se compararmos com outros países europeus. A sua implementação contribuiu para a profissionalização e dignificação da enfermagem e teve um impacto muito positivo nos seus elementos, que viram melhorada a sua formação, o estatuto social e a remuneração, e também na assistência prestada aos doentes.

Através do nosso contacto com as fontes para o estudo das áreas que já mencionámos, verificamos que há outras matérias que poderiam servir de motivo para estudos e projetos no âmbito da História da Enfermagem. Em jeito de conclusão, fica, então, o repto lançado a historiadores e enfermeiros para que, separadamente ou em conjunto, se debruçam sobre temáticas que se enumeram, sem que haja a pretensão de as esgotar: a relação entre o poder político e a enfermagem; o contributo da enfermagem para o progresso da saúde pública; a relação dos enfermeiros com outros profissionais de saúde; histórias de vida; a imagem social da enfermagem; a ligação da enfermagem à história das mulheres...